Receita sem alfândega: a constituição fiscal do porto franco

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O ópio como pilar das finanças públicas

A colônia da Coroa herdou o modelo fiscal do porto franco. Não cobrava direitos aduaneiros sobre o comércio em geral e financiava-se em grande parte com impostos sobre o consumo, sobretudo do ópio. No século XIX, o ópio respondia por mais da metade da receita dos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements). Ainda no início da década de 1920, as vendas governamentais de ópio produziam cerca de três quartos da receita de impostos sobre o consumo e 55% da receita total.[1]

O sistema mudou de forma no início do século XX. Depois que a Straits Settlements Opium Commission de 1907–1908 investigou o problema da dependência, o governo extinguiu o arrendamento do ópio em 1909 e assumiu o comércio como monopólio direto, com lojas de varejo estatais.[2] A mudança afastou os arrendatários fiscais, cujos sindicatos a Parte A descreveu, mas fez do próprio governo o vendedor da droga. Em 1925, o tesoureiro colonial Arthur Meek Pountney concebeu um Opium Revenue Reserve Replacement Fund, que começou com $ 30 milhões e deveria substituir gradualmente a receita do ópio pelo crescimento composto de seus investimentos.[3] O fundo é um exemplo precoce de um governo colonial que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

constitui uma reserva de investimentos para substituir uma fonte de receita incerta, ideia que reapareceria em escala muito maior nas reservas geridas pela GIC e pela Temasek, examinadas na Parte D.

A longa resistência ao imposto de renda

Os mercadores de Singapura defenderam com determinação o modelo fiscal do porto franco. Em 1860, o governo de Calcutá retirou uma proposta do Governor local de instituir o imposto de renda, depois que os mercadores haviam resistido com êxito a uma tentativa de cobrar taxas portuárias. Uma segunda proposta, em 1910, nunca passou da fase de projeto de lei, por causa da oposição violenta dos interesses europeus e mercantis.[4]

Só a guerra quebrou a resistência. Em 1917, foi promulgada uma War Tax Ordinance para financiar contribuições aos gastos de guerra imperiais. Reeditada durante vários anos, foi revogada em 1922. Uma Income Tax Ordinance permanente entrou em vigor em 1947, inspirada na Model Colonial Territories Income Tax Ordinance de 1922, com disposições adaptadas do Income Tax Act britânico de 1945.[5] O atual Income Tax Act de Singapura descende dessa ordinance.

A política fiscal como fator de competitividade

A história fiscal da colônia da Coroa mostra quão profundas são as raízes da baixa tributação em Singapura. Durante quase um século e meio após sua fundação, o porto dispensou direitos aduaneiros sobre o comércio em geral e, salvo durante a Primeira Guerra Mundial, também o imposto de renda. Os mercadores viam ambos como ameaças à competitividade do porto e usavam sua influência no Legislative Council e em Londres para resistir a eles. Quando o imposto de renda finalmente chegou, após a Segunda Guerra Mundial, foi introduzido com alíquotas moderadas.

A moderna política tributária de Singapura, com suas baixas alíquotas para empresas e pessoas físicas, seus incentivos fiscais para atividades financeiras e comerciais e sua dependência de impostos sobre o consumo e dos rendimentos dos investimentos estatais, dá continuidade a essa tradição. As Partes E e G examinam os regimes de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

incentivo para family offices, gestores de fundos e trading houses. Sua lógica já era visível na constituição fiscal da colônia da Coroa: o comércio deveria suportar o mínimo possível de impostos, e o Estado deveria financiar-se por outras fontes.

Notas

1. Diana S. Kim, "The Sticky Problem of Opium Revenue", *BiblioAsia*, v. 16, n. 3, outubro–dezembro de 2020: o ópio respondia por mais de 50% da receita dos Straits Settlements no século XIX; no início da década de 1920, as vendas governamentais de ópio representavam 75% da receita de impostos sobre o consumo e 55% da receita total. ↩
2. Diana S. Kim, "The Sticky Problem of Opium Revenue", *BiblioAsia*, outubro–dezembro de 2020: a Opium Commission de 1907–1908; o fim do arrendamento fiscal do ópio em 1909 e a transição para um monopólio governamental direto por meio de lojas de varejo estatais. ↩
3. Diana S. Kim, "The Sticky Problem of Opium Revenue", *BiblioAsia*, outubro–dezembro de 2020: o Opium Revenue Reserve Replacement Fund concebido por Arthur Meek Pountney em 1925, iniciado com $ 30 milhões. ↩
4. Artigo sobre a história do imposto de renda em Singapura, *Singapore Journal of Legal Studies* [2007] 1–24: a proposta de 1860 foi retirada depois que os mercadores resistiram às taxas portuárias; a proposta de 1910 "failed to progress beyond the Bill stage when violent opposition by European and mercantile interests proved too strong". ↩
5. *Singapore Journal of Legal Studies* [2007] 1–24: a War Tax Ordinance de 1917, reeditada até sua revogação em 1922; uma nova Income Tax Ordinance entrou em vigor em 1947, inspirada na Model Colonial Territories Income Tax Ordinance 1922 e no UK Income Tax Act 1945. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com